Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Junho/2018

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS

Concurso Público para provimento de cargos de

Assistente Técnico de Defensoria
Assistente Técnico Administrativo

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A evolução é influenciada pela superação de obstáculos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere a charge para responder às questões de números 1 e 2.

(Disponível em: MALIKA. **http://d.emtempo.com.br**)

1. Uma frase coerente com a mensagem da charge e escrita com correção é:

(A) Apesar de estarem juntos de sua avó, os netos não dão atenção a ela.
(B) Os netos preferem conversar, no celular, do que pessoalmente com a avó.
(C) Ao estarem próximo um do outro, os netos ignoram completamente a avó.
(D) A avó dá a entender que gostaria que seus netos lhe visitassem mais vezes.
(E) A visita dos netos deixaram a avó apenas parcialmente satisfeita.

2. A fala da avó está corretamente reescrita, com o sentido preservado, em:

(A) Muito obrigada por terem visitado-me, fico muito feliz, meus netinhos.
(B) Sua visita meus netinhos, muito obrigada, fico muito feliz por vocês.
(C) Meus netinhos, agradeço-lhes sua visita, com a qual fico muito feliz.
(D) Gostaria de agradece-los, meus netinhos, porquê fico feliz com sua visita.
(E) Vocês viram me visitar, obrigada meus netinhos, fico muito feliz com isto.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 3 a 10.

Antes de ser o pintor de algumas das obras mais famosas do mundo, como a "Mona Lisa" e "A Última Ceia", Leonardo da Vinci também era engenheiro, arquiteto e inventor; e, em 1482, o gênio renascentista estava em busca de um emprego.

A carta de Da Vinci enviada ao Duque de Milão, Ludovico Sforza, é considerada o primeiro registro de um currículo da história. Na carta, o inventor não conta sobre sua proficiência em línguas estrangeiras ou qual foi a universidade em que se formou. No lugar de uma narrativa cronológica de suas conquistas, Da Vinci faz uma lista dos serviços que podia oferecer ao duque.

Da Vinci fez o que muitos profissionais hoje têm vergonha de fazer: vender seu produto. Segundo José Augusto Minarelli, CEO da Lens & Minarelli e autor do livro "Venda seu peixe!", a carta do renascentista mostra a lógica de mercado que todos que procuram emprego deveriam entender. "É o princípio da oferta e da procura", diz ele. Quem busca um emprego oferece sua capacidade de resolver um problema, e quem contrata está atrás dessa solução.

Se a procura é por soluções, Leonardo da Vinci oferecia todas para o duque. Sabendo que o aristocrata precisava defender seu território e posses, o artista lista suas invenções, armas, carruagens. Em caso de uma batalha no mar, ele poderia construir embarcações. Para os tempos de paz, ele oferece pinturas, estátuas, prédios e dutos de água.

Seguir o modelo do currículo de Da Vinci pode ser uma maneira de se diferenciar. ***No entanto****, para ser bem-sucedido, Minarelli alerta que é preciso que o candidato seja consistente no conteúdo. O especialista estimula seus clientes a fazer um inventário de suas carreiras, pensando em realizações significativas, não apenas nos lugares onde trabalhou. Assim, os recrutadores sabem suas habilidades e podem escolher o que define seu perfil profissional.*

Após sua carta, Leonardo da Vinci se mudou de Florença para Milão a serviço do duque como engenheiro, arquiteto, escultor e pintor.

(Adaptado de: GRANATO, Luísa. Você deveria fazer o currículo do jeito que Leonardo da Vinci fez em 1482. Disponível em: **https://exame.abril.com.br**)

3. O conteúdo do texto está resumido em:

(A) *Leonardo da Vinci também era engenheiro, arquiteto e inventor*... (1º parágrafo)
(B) *o inventor não conta sobre sua proficiência em línguas estrangeiras ou qual foi a universidade em que se formou*. (2º parágrafo)
(C) *Após sua carta, Leonardo da Vinci se mudou de Florença para Milão*... (6º parágrafo)
(D) *Quem busca um emprego oferece sua capacidade de resolver um problema, e quem contrata está atrás dessa solução*. (3º parágrafo)
(E) *O especialista estimula seus clientes a fazer um inventário de suas carreiras*... (5º parágrafo)

4. Leonardo Da Vinci é descrito como

(A) inflexível.
(B) antiquado.
(C) versátil.
(D) humilde.
(E) egoísta.

5. Duas expressões que descrevem modos contrastantes de se apresentar um currículo estão em:

(A) *universidade em que se formou* (2º parágrafo) / *lugares onde trabalhou* (5º parágrafo)
(B) *narrativa cronológica de suas conquistas* (2º parágrafo) / *inventário de suas carreiras* (5º parágrafo)
(C) *realizações significativas* (5º parágrafo) / *inventário de suas carreiras* (5º parágrafo)
(D) *proficiência em línguas estrangeiras* (2º parágrafo) / *realizações significativas* (5º parágrafo)
(E) *serviços que podia oferecer* (2º parágrafo) / *lugares onde trabalhou* (5º parágrafo)

6. Considere a relação de sentido estabelecida entre os períodos que compõem o quarto parágrafo:

Se a procura é por soluções, Leonardo da Vinci oferecia todas para o duque. *Sabendo que o aristocrata precisava defender seu território e posses, o artista lista suas invenções, armas, carruagens. Em caso de uma batalha no mar, ele poderia construir embarcações. Para os tempos de paz, ele oferece pinturas, estátuas, prédios e dutos de água.*

Com relação ao período destacado, os demais do parágrafo apresentam uma

(A) concessão.
(B) síntese.
(C) finalidade.
(D) ilustração.
(E) contradição.

7. A forma verbal destacada em *Sabendo que o aristocrata precisava defender seu território e posses, o artista* ***lista*** *suas invenções, armas, carruagens* remete a um

(A) passado histórico, praticamente concomitante ao tempo expresso por *precisava*.
(B) passado pontual, imediatamente anterior ao tempo expresso por *Sabendo*.
(C) passado habitual, posterior ao tempo expresso por *Sabendo* e *precisava*.
(D) presente pontual, muito posterior ao tempo expresso por *precisava*.
(E) presente habitual, anterior ao tempo expresso por *Sabendo*.

8. Com relação à informação que a antecede imediatamente no quinto parágrafo, a expressão *No entanto*, em destaque, introduz uma

(A) comparação.
(B) justificativa.
(C) exemplificação.
(D) consequência.
(E) restrição.

9. A expressão destacada em *Leonardo da Vinci se mudou de Florença para Milão a serviço do duque* ***como*** *engenheiro, arquiteto, escultor e pintor* tem sentido equivalente ao de:

(A) enquanto.
(B) segundo.
(C) mesmo.
(D) tanto que.
(E) pelo que.

10. Verifica-se uma relação de causa e consequência, nessa ordem, no trecho:

(A) *A carta de Da Vinci enviada ao Duque de Milão, Ludovico Sforza, é considerada o primeiro registro de um currículo da história*. (2º parágrafo)
(B) *os recrutadores sabem suas habilidades e podem escolher o que define seu perfil profissional*. (5º parágrafo)
(C) *Da Vinci fez o que muitos profissionais hoje têm vergonha de fazer: vender seu produto*. (3º parágrafo)
(D) *a carta do renascentista mostra a lógica de mercado que todos que procuram emprego deveriam entender*. (3º parágrafo)
(E) *Antes de ser o pintor de algumas das obras mais famosas do mundo* [...] *Leonardo da Vinci também era engenheiro, arquiteto e inventor*... (1º parágrafo)

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 13.

Joana tinha vinte anos e estranhava muito a rápida transformação de Manaus. Quando era ainda criança, as ruas não possuíam calçamento, as casas eram na maioria de madeira e careciam de eletricidade, água e esgoto. Uma viagem até Belém durava invariavelmente três meses. Quando o pai de Joana chegou ali em 1865, vindo do Maranhão, não encontrou mais de cinco mil almas. Era um lugarejo triste e de poucas ruas e muita lama. Quando Joana completou quinze anos, seu pai ofereceu uma recepção para duzentos convidados e a cidade já estava com vinte mil almas.

(Adaptado de: SOUZA, Márcio. **Galvez Imperador do Acre**. 18. ed. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 132)

11. A transformação de Manaus ao longo dos anos é descrita de modo concreto por meio

(A) da referência à quantidade de ruas com eletricidade.
(B) da descrição detalhada da fachada das casas.
(C) da comparação entre o número de habitantes.
(D) do cotejo com a infraestrutura de outras localidades.
(E) da referência ao enriquecimento da população.

12. A frase *Uma viagem até Belém durava invariavelmente três meses* permanecerá pontuada corretamente caso esteja entre vírgulas o segmento:

(A) *durava invariavelmente*
(B) *durava*
(C) *até Belém durava*
(D) *Belém*
(E) *invariavelmente*

13. No que se refere à regência verbal, a expressão destacada em *as ruas não **possuíam** calçamento* estará corretamente substituída por:

(A) eram dotadas com
(B) contavam de
(C) continham com
(D) detinham de
(E) dispunham de

14. No que se refere às regras de concordância, está redigida corretamente a frase:

(A) Não eram oferecidos os serviços de eletricidade, água e esgoto à maior parte dos moradores de Manaus.
(B) A maior parte dos moradores de Manaus não era contemplado com os serviços de eletricidade, água e esgoto.
(C) Não se ofertava os serviços de eletricidade, água e esgoto à maior parte dos moradores de Manaus.
(D) Não estava disponível à maior parte dos moradores de Manaus os serviços de eletricidade, água e esgoto.
(E) Os serviços de eletricidade, água e esgoto não costumava ser fornecido à maior parte dos moradores de Manaus.

15. A frase redigida com clareza e correção é:

(A) A extração do latex da seringueira, levou Manaus à uma intensa modernização.
(B) No início do século XX, Manaus chegou à ser chamada de "Paris dos Tropicos".
(C) Manaus expandiu-se de maneira surpreendente nos últimos anos do século XIX.
(D) Muitos edificios e monumentos, na cidade de Manaus remontam o ciclo da borracha.
(E) Devido seu grande potencial economico, Manaus continua a atrair inúmeros investidores.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

16. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar gratuita assistência jurídica e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses em todos os graus de jurisdição. Essa incumbência é compatível com o propósito da Constituição Federal de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Esse propósito está inserido na lei maior como um

(A) fundamento.
(B) objetivo fundamental.
(C) objetivo social.
(D) objetivo jurídico.
(E) princípio.

17. A Constituição Federal, no que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, estabelece que

(A) o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo e a indenização deverá ser estabelecida por meio de acordo bilateral.

(B) a não privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política é absoluta.

(C) interesse social é a única motivação legal para a realização de desapropriações.

(D) a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, depende de não frustrar reunião anteriormente convocada para o mesmo local e de aviso prévio à autoridade competente.

(E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização prévia.

18. Consoante a Lei Complementar nº 1/1990, o Conselho Superior é órgão

(A) colegiado, presidido pelo Defensor Público-Geral.

(B) colegiado, presidido pelo Corregedor-Geral.

(C) de Administração Superior, presidido pelo Subdefensor Público-Geral.

(D) de Administração Superior, presidido pelo Corregedor-Geral.

(E) de Execução, presidido pelo Defensor Público-Geral.

19. A Lei Complementar nº 1/1990 estabelece que aos membros da Defensoria Pública é assegurada a garantia da inamovibilidade. Sua remoção, de um órgão para outro, da mesma classe, poderá ocorrer a pedido, por ato do Defensor Público Geral, ou compulsoriamente, no interesse da Administração, ouvido

(A) o Defensor Público-Geral.

(B) o Subdefensor Público-Geral.

(C) o Corregedor-Geral.

(D) o Conselho Superior.

(E) a Curadoria da Defensoria Pública.

20. Nos termos estabelecidos pela Lei nº 4.077/2014, o servidor que não concordar com o resultado de seu enquadramento ou de sua promoção poderá requerer recurso

(A) ordinário ao Conselho Superior, com efeito suspensivo.

(B) de revisão ao Conselho Superior, sem efeito suspensivo.

(C) de revisão aos Órgãos de Administração Superior, com efeito suspensivo.

(D) ordinário aos Órgãos de Administração Superior, sem efeito suspensivo.

(E) de revisão ao Conselho Superior, com efeito suspensivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

21. Considere que determinado Município do Estado do Amazonas entendeu por bem criar estruturas despersonalizadas e regionalizadas, integrantes de sua Secretaria da Saúde, destinadas à dispensação de medicamentos à população. A decisão considerou a grande dimensão territorial e densidade demográfica da urbe, o que permitiu concluir que a partição de competências racionalizaria e tornaria mais adequada a prestação do serviço público de saúde à população. As repartições regionalizadas em questão são exemplo de

(A) desconcentração, sendo que os órgãos criados, a despeito de integrarem a estrutura da Administração direta, respondem pessoalmente por seus atos, podendo, como regra, figurar no polo passivo de ações.

(B) desconcentração, técnica por meio da qual a Administração cria órgãos destituídos de personalidade jurídica, que compõem a hierarquia da Administração direta.

(C) descentralização, técnica por meio da qual a Administração cria órgãos com personalidade jurídica própria, que passam integrar sua Administração indireta.

(D) relação desenvolvida com o denominado terceiro setor, que passa a integrar a Administração, gerindo equipamentos públicos.

(E) descentralização, técnica por meio da qual a Administração cria pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, mas subordinadas hierarquicamente à Administração central.

22. Um determinado Estado da federação entendeu por bem distribuir determinado feixe de competências à pessoa jurídica a ser instituída que deverá, para bem desempenhá-lo, ter personalidade jurídica de direito público e integrar a Administração pública estadual. Para tanto,

(A) poderá optar em criar, desde que obtenha autorização legislativa para tanto, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, sendo que estas duas últimas entidades se submetem a controle central, mas a autarquia, ao contrário, mantém relação de hierarquia com o ente criador.

(B) poderá, por decisão discricionária, optar por criar autarquia ou empresa pública, a primeira por lei e a segunda obtendo-se, previamente ao registro de seus atos, autorização legislativa.

(C) deverá criar por lei específica autarquia, atribuindo-lhe a titularidade e execução das referidas competências.

(D) poderá, por contrato ou ato administrativo unilateral, transferir a execução das competências a pessoa jurídica preexistente.

(E) deverá criar, por lei específica, consórcio público, constituindo-o como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, para a gestão das competências que se pretende descentralizar.

23. A criação e a extinção de órgãos da Administração direta

(A) pode ser feita por decreto do Chefe do Poder Executivo, por se tratar de matéria de organização administrativa, mesmo que implique a criação de despesa.

(B) é matéria afeta ao denominado poder normativo da Administração, por se cuidar de seu funcionamento e organização, podendo ser delegada.

(C) independe de lei, podendo se dar por contrato ou ato administrativo unilateral, em razão do princípio da eficiência.

(D) depende de lei de iniciativa do Chefe do Executivo.

(E) é matéria que depende de lei, como também o são o remanejamento, redistribuição de cargos, empregos e funções entre os órgãos existentes.

24. As Organizações Sociais, assim qualificadas pelo Poder Executivo, vinculam-se juridicamente à Administração pública por meio de

(A) contrato de gestão, que pode ser firmado com pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

(B) termo de colaboração ou de fomento, que podem ser firmados exclusivamente com pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à cultura e à saúde.

(C) contrato de fornecimento, que pode ser firmado com pessoa jurídica de direto privado com ou sem fins lucrativos, desde que demonstre ter capacidade técnica para a gestão adequada e qualificada dos serviços que lhe serão transferidos.

(D) contrato de concessão ou de permissão de serviço público, que pode ser firmado independentemente de licitação, em razão da natureza da entidade contratada.

(E) contrato de gestão, que pode ser firmado com pessoas jurídicas que tenham finalidade lucrativa ou não, qualquer que seja a natureza social de seus objetivos e área de atuação, liberdade necessária para democratização e qualificação do gasto público.

25. As manifestações administrativas podem se dar por atos administrativos em sentido estrito, que

(A) são emanados apenas pelo Poder Executivo e, em razão do princípio da separação dos Poderes, submetidos a controle interno.

(B) para serem válidos, antes de editados, devem ser objeto de processo administrativo com oportunidade de contraditório.

(C) são editados por autoridade administrativa e quando fundados em juízo de conveniência e oportunidade não são sujeitos a controle interno ou externo.

(D) podem ser emanados pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, nestes dois últimos casos em função atípica, sendo passíveis tanto de autotutela como de controle judicial.

(E) praticados pela Administração pública submetem-se integralmente a regime de direto público e para que tenham eficácia devem ser submetidos à audiência pública.

26. O atributo do ato administrativo que depende de expressa previsão legal ou se justifica diante de necessidade urgente denomina-se

(A) autoexecutoriedade.
(B) presunção de legitimidade e veracidade.
(C) motivo ou finalidade.
(D) unilateralidade ou tipicidade.
(E) imperatividade.

27. O ato praticado por servidor cuja investidura no cargo é irregular, por ausência de prévia aprovação em concurso público, é

(A) nulo de pleno direito, pois emanado por agente cujo vínculo com a Administração não se formou validamente, não produzindo efeitos.

(B) inexistente por afronta ao princípio do concurso público.

(C) nulo na hipótese de se tratar de ato discricionário, pois o agente não detém competência para decidir quanto à conveniência e oportunidade, sendo passível de revogação apenas.

(D) válido desde que presentes a aparência de regularidade, a boa-fé e a conformidade ao direito, com fundamento na teoria do funcionário de fato.

(E) válido independentemente da boa-fé do agente e do destinatário, em razão do princípio da previsibilidade.

28. Desvio de poder é a denominação de um dos possíveis vícios que acometem os atos administrativos, implicando invalidade. Referido vício relaciona-se diretamente ao elemento

(A) objeto, também conhecido como conteúdo do ato.

(B) forma, que diz respeito às formalidades essenciais à existência do ato.

(C) finalidade do ato, podendo, também, estar vinculado à competência.

(D) pressuposto fático, que leva à inexistência do ato.

(E) motivos de fato, em razão, no Brasil, da teoria dos motivos determinantes.

29. Um determinado Estado da federação pretende delegar a prestação de serviço público específico, autossustentável e de sua competência à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, para exploração por prazo determinado de 30 anos e por conta e risco da empresa que será contratada. Para tanto,

(A) poderá firmar contrato de concessão de serviço público diretamente com empresa nacional ou internacional que demonstre, em processo simplificado, melhor capacidade para o seu desempenho, em razão do princípio da eficiência.

(B) deverá, mediante realização de licitação, na modalidade concorrência, firmar contrato de concessão de serviço público.

(C) deverá, mediante prévio chamamento público, firmar termo de colaboração ou de fomento, a depender, respectivamente, se o adjudicatário for empresa ou consórcio de empresas.

(D) poderá escolher, por decisão discricionária, realizar licitação para formalizar parceria público-privada, nas modalidades patrocinada ou administrativa.

(E) deverá, mediante licitação, cuja modalidade é escolhida por decisão da comissão de desestatização, com fundamento em estudos econômico-financeiros, firmar contrato de concessão ou de permissão de serviço público.

30. Considerando a definição trazida pelo artigo 98 do Código Civil brasileiro, segundo a qual são públicos os "bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno", estão submetidos a regime jurídico de direito público os bens dos entes federativos,

(A) de suas autarquias e de empresas públicas, prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica.

(B) das entidades pertencentes à Administração indireta, inclusive os das pessoas jurídicas de direito privado qualificadas pelo Poder Público como Organizações Sociais.

(C) de suas autarquias, fundações, de empresas públicas e de sociedades de economia mista, estas quando sujeitas a regime jurídico de direito público

(D) de suas fundações privadas e autarquias, sendo que em relação a estas, apenas os afetados à prestação de serviços públicos.

(E) de suas autarquias e de fundações públicas.

31. Considere que determinado Estado da federação tenha construído rodovia interligando diversos Municípios localizados em seu território, cujo traçado atravessou trechos de propriedades privadas, sem que tenha havido prévio procedimento de desapropriação. A rodovia intermunicipal construída, incorporada ao uso e gozo da comunidade,

(A) integra o que se denomina bem de domínio privado do estado e de uso especial.

(B) somente será integrada ao patrimônio público após afetação e integral pagamento das indenizações aos proprietários dos imóveis.

(C) não se integra ao patrimônio público do estado, permanecendo como bem dominical, em razão da origem ilícita da afetação.

(D) caracteriza-se como bem de uso comum do povo, estando, por isso, o estado dispensado do pagamento das indenizações pelas áreas ocupadas.

(E) integra o patrimônio público, constituindo-se bem de domínio público da categoria de uso comum do povo, sem prejuízo de eventuais indenizações devidas aos proprietários.

32. A responsabilidade patrimonial do Estado é constitucionalmente consagrada. Para seu nascimento, é pressuposto obrigatório a existência de

(A) conduta ilícita do Estado ou de agente seu e demonstração ao menos de culpa.

(B) dano causado a terceiro decorrente de conduta do Estado ou de quem lhe faça as vezes.

(C) dano economicamente mensurável e ação regressiva em face do causador.

(D) conduta produtora de resultado ilícito, dolo e dano economicamente mensurável.

(E) conduta lícita ou ilícita de agente de pessoa jurídica de direito público prestadora de serviço público.

Noções de Direito Constitucional

33. Por razões de convicção política e filosófica, determinado indivíduo, brasileiro nato, de 21 anos, recusa-se a prestar serviço como jurado, para o qual havia sido convocado pelos órgãos competentes da Justiça, assim como deixa de votar nas eleições para Prefeito e Vereador do Município em que reside, realizadas em turno único. Nessas hipóteses, à luz da Constituição Federal,

(A) ambas as condutas são admissíveis, ficando o indivíduo sujeito à suspensão de seus direitos políticos apenas na hipótese de recusar-se igualmente ao cumprimento de prestação alternativa, fixada em lei.

(B) ambas as condutas são admissíveis, embora ocasionem desde logo a suspensão dos direitos políticos do indivíduo, enquanto perdurar a recusa ao cumprimento das obrigações em questão.

(C) nenhuma das condutas é admissível, uma vez que somente se autoriza a recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta por motivo de convicção religiosa.

(D) apenas a recusa à prestação de serviço como jurado é admissível, uma vez que a obrigatoriedade do voto aos maiores de 18 e menores de 70 anos é prevista no próprio texto constitucional, não se admitindo por essa razão a invocação de razão de consciência para escusar-se de seu cumprimento.

(E) apenas a recusa a votar é admissível, por se tratar do exercício de um direito, em que pese sujeitar o indivíduo à suspensão dos direitos políticos, diferentemente da prestação do serviço como jurado, estabelecido como um dever cívico, não admitindo por essa razão a invocação de razão de consciência para escusar-se de seu cumprimento.

34. Nos termos da Constituição Federal, o filho de pais holandeses, nascido durante período em que tanto o pai quanto a mãe estavam temporariamente no Brasil a serviço de empresas privadas, sediadas em seu país de origem, para o qual pais e filho posteriormente retornaram, será considerado

(A) brasileiro nato, estando sujeito à perda da nacionalidade brasileira, no entanto, caso lhe seja imposta a naturalização pela norma estrangeira como condição para permanência no território holandês ou para exercício de direitos civis.

(B) estrangeiro, reconhecendo-se a possibilidade, no entanto, de vir a adquirir a nacionalidade brasileira caso venha a residir no país e opte por esta, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade.

(C) brasileiro nato, podendo inclusive vir a ocupar cargos privativos de brasileiros natos, como os de Presidente da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal, exceto na hipótese de aquisição voluntária de outra nacionalidade, caso em que perderá a brasileira.

(D) brasileiro naturalizado, caso resida no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal, e requeira sua naturalização, que somente será cancelada por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

(E) brasileiro naturalizado, caso resida no Brasil por um ano ininterrupto e possua idoneidade moral, estando sujeito à extradição, na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei.

35. Proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de 27 Senadores, visando instituir o voto facultativo, inicia seu trâmite no Senado e obtém, em primeiro turno, voto favorável de 61 e, em segundo turno, voto favorável de 57 de seus membros. Nessa hipótese, à luz da disciplina constitucional do processo legislativo, referida proposta

(A) deverá ser encaminhada à Câmara dos Deputados, para discussão e votação, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 dos votos dos Deputados Federais.

(B) foi rejeitada, após o segundo turno de votação no Senado, não podendo a matéria em questão ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(C) não observou o número mínimo de subscritores exigido pela Constituição, para apresentação de proposta de emenda de iniciativa de membros do Senado, vício que não se convalida nem mesmo com a aprovação havida posteriormente em dois turnos de votação na Casa legislativa em que tramitou.

(D) deveria ter iniciado seu trâmite na Câmara dos Deputados, por se tratar de proposta de emenda à Constituição, vício que não se convalida nem mesmo com eventual aprovação posterior em dois turnos de votação na Casa legislativa em que deveria ter iniciado.

(E) possui objeto incompatível com os limites materiais impostos às emendas constitucionais, vício que não se convalida nem mesmo com a aprovação havida posteriormente em dois turnos de votação na Casa legislativa em que tramitou.

36. Determinado indivíduo, ocupante de dois cargos de professor, um de ensino médio na rede pública estadual e outro, de ensino superior, em universidade pública do mesmo Estado, exerce-os concomitantemente e suas remunerações, somadas, resultam em valor inferior ao do subsídio mensal do Governador. Em breve, reunirá os requisitos necessários à obtenção de aposentadoria em ambos cargos. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, a acumulação de cargos é

(A) lícita, desde que haja compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.

(B) lícita, desde que haja compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

(C) lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, mas não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

(D) lícita, independentemente de haver compatibilidade de horários, sendo permitida, nesse caso, a percepção cumulativa dos respectivos proventos de aposentadoria.

(E) ilícita, razão pela qual não lhe será dado perceber proventos de aposentadoria cumulativamente.

37. Diante do elevado número de demandas judiciais questionando a instituição de determinado tributo por lei estadual, em parte acolhidas sob o fundamento da inconstitucionalidade da referida lei, o Governador do Estado respectivo ajuíza ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, objetivando que seja a lei declarada constitucional. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, referida ação

(A) é incabível, uma vez que lei estadual não pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade de competência originária do Supremo Tribunal Federal, não sendo, ademais, o Governador do Estado legitimado para a propositura de ação dessa espécie.

(B) é incabível, uma vez que lei estadual não pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade de competência originária do Supremo Tribunal Federal, embora o Governador do Estado tenha, em tese, legitimidade para a propositura de ação dessa espécie.

(C) seria cabível, desde que houvesse sido proposta perante o Tribunal de Justiça estadual.

(D) é cabível, exigindo-se para a declaração de constitucionalidade que a decisão seja tomada pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

(E) é cabível, e sua decisão produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

---

38. Será compatível com a disciplina constitucional do Sistema Tributário Nacional a Resolução do Senado Federal que estabeleça alíquotas

(A) mínimas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

(B) máximas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

(C) diferenciadas conforme o tipo e a utilização dos imóveis, para fins do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

(D) máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

(E) aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, no que se refere ao imposto sobre circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

---

39. Suponha que determinada lei estadual, com a pretensão de atender às peculiaridades do Estado no que se refere à proteção ao patrimônio histórico e cultural, acabasse por disciplinar determinados aspectos gerais da matéria de modo contrário ao estabelecido em lei federal preexistente a esse respeito. De acordo com a Constituição Federal, nesses aspectos em que as leis estadual e federal conflitassem,

(A) ambas leis seriam inconstitucionais, por violarem competência municipal para legislar sobre assunto de interesse local.

(B) a lei federal seria inconstitucional, por violar a competência suplementar do Estado em matéria de legislação concorrente.

(C) a lei federal seria inconstitucional, por violar a competência do Estado para legislar de modo pleno para atender a suas peculiaridades, no âmbito da legislação concorrente.

(D) a lei estadual seria inconstitucional, por violar competência privativa da União para legislar de modo pleno sobre proteção ao patrimônio histórico e cultural.

(E) a lei estadual seria inconstitucional, por violar a competência da União para legislar sobre normas gerais no âmbito da legislação concorrente.

---

40. Determinado Estado criou, para funcionarem no âmbito da Justiça estadual, juizados especiais, providos por juízes togados e leigos, com competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo. Criou, ainda, justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional. Nesse caso, foram criados em conformidade com a disciplina da matéria na Constituição Federal

(A) apenas os juizados especiais, já que a criação da justiça de paz é de competência da União.

(B) apenas a justiça de paz, já que a criação dos juizados especiais é de competência da União.

(C) os juizados especiais, em relação à matéria cível, apenas, e a justiça de paz, em relação à sua competência, mas não quanto à sua composição.

(D) tanto os juizados especiais quanto a justiça de paz.

(E) os juizados especiais, em relação à matéria penal, apenas, e a justiça de paz, em relação à sua composição, mas não quanto à sua competência.

41. Visando criar incentivos para o exercício da atividade econômica, sem descuidar de aspectos relacionados à responsabilidade dos agentes econômicos, um grupo de Deputados Federais estuda apresentar projetos de leis que estabeleçam: **a.** privilégios fiscais que beneficiem sociedades de economia mista e empresas públicas e do setor privado, igualmente, em determinados setores da economia; e **b.** responsabilização da pessoa jurídica por atos praticados contra a economia popular, para além da responsabilização individual de seus dirigentes. À luz da disciplina constitucional da matéria,

(A) não é admissível a criação de privilégios fiscais, para empresas do setor privado, tampouco a responsabilização das pessoas jurídicas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes.

(B) não é admissível a criação de privilégios fiscais, para empresas públicas e sociedades de economia mista, tampouco a responsabilização das pessoas jurídicas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes.

(C) é admissível a criação de privilégios fiscais, nos moldes pretendidos, assim como a responsabilização das pessoas jurídicas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes, desde que as punições sejam compatíveis com a natureza daquelas.

(D) é admissível a criação de privilégios fiscais, nos moldes pretendidos, mas não a responsabilização das pessoas jurídicas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes.

(E) não é admissível a criação de privilégios fiscais, nos moldes pretendidos, mas sim a responsabilização das pessoas jurídicas, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes, desde que as punições sejam compatíveis com a natureza daquelas.

---

42. Suponha que tenham sido adotadas as seguintes medidas, em matéria orçamentária, pelo governo federal:

I. Abertura de crédito extraordinário, por meio de medida provisória, para atender a despesa imprevisível e urgente, decorrente de calamidade pública.

II. Transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projeto restrito a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem prévia autorização legislativa.

III. Início de execução de projeto instituído por lei específica cujas despesas não foram incluídas na lei orçamentária anual.

Consideram-se compatíveis com a Constituição Federal as situações referidas APENAS em

(A) II.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) I.

(E) I e III.

---

43. Considere o seguinte trecho extraído de ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal:

O excesso de prazo, quando exclusivamente imputável ao aparelho judiciário – não derivando, portanto, de qualquer fato procrastinatório causalmente atribuível ao réu – traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, pois, além de tornar evidente o desprezo estatal pela liberdade do cidadão, frustra um direito básico que assiste a qualquer pessoa: o direito à resolução do litígio, sem dilações indevidas (...) *e com todas as garantias reconhecidas pelo ordenamento constitucional, inclusive a de não sofrer o arbítrio da coerção estatal representado pela privação cautelar da liberdade por tempo irrazoável ou superior àquele estabelecido em lei.*

Enfoca-se, no caso, a garantia constitucional segundo a qual

(A) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

(B) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

(C) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

(D) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(E) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

44. Seria INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal, por ofensa à cláusula que assegura a independência dos órgãos que exercem as funções do poder político,

(A) a aprovação prévia, pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, da escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

(B) a autorização, por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, para a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.

(C) a realização de ajustes, pelo Poder Executivo, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, nas propostas orçamentárias dos tribunais do Poder Judiciário encaminhadas em desacordo com os limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

(D) o exame e a elaboração de parecer sobre as medidas provisórias, por uma comissão mista de Deputados Federais e Senadores, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

(E) o aumento de remuneração de ocupantes de cargos e funções na Administração direta federal vinculados ao Poder Executivo, mediante lei de iniciativa de Deputado Federal.

Noções de Administração

45. A dinâmica do processo motivacional, bem assim os fatores que induzem ou favorecem a motivação têm sido objeto de estudo por diversas teorias, entre as quais a que aponta a concepção negativa da natureza humana, predicando que o homem médio não gosta do trabalho e precisa ser controlado e dirigido, representando

(A) uma das visões de MacGregor, denominada Teoria X.

(B) a Teoria das Necessidades Humanas, de Abraham Maslow.

(C) os fatores insatisfacentes da Teoria Bifatorial, de Herzberg.

(D) um dos aspectos da Teoria da autorregulação, de Kanfer.

(E) o conceito de afiliação da Teoria das Necessidades Adquiridas, de McClelland.

46. Entre as abordagens clássicas sobre a liderança nas organizações, destaca-se a Teoria Bidimensional, que apresenta

(A) a contraposição entre líder eficaz e líder eficiente, a qual resulta em dois estilos gerenciais correspondentes.

(B) dois tipos de líderes: os autocráticos, que atuam de forma coercitiva, e os democráticos, que atuam de forma colaborativa.

(C) duas formas possíveis de atuação do líder, que podem ser acionadas conforme a circunstância: indução e coerção.

(D) duas dimensões do comportamento do líder: orientação para o funcionário e orientação para a produção (tarefa).

(E) dois tipos de líderes: centralizador e coordenador, cada qual adequado aos diferentes graus de maturidade dos liderados.

47. Entre os elementos ou níveis da cultura organizacional inclui(em)-se

(A) ritos de confirmação, que correspondem à subcultura das diferentes camadas da organização.

(B) ritos de degradação, que evidenciam a contracultura vigente na organização.

(C) osmose comportamental, que propicia a interpenetração dos diferentes valores dos componentes da organização.

(D) os aspectos externos e observáveis pelo público externo, denominado clima organizacional.

(E) pressupostos básicos, correspondentes ao nível mais profundo da cultura, tais como as crenças vigentes.

48. Suponha que uma sociedade de economia mista tenha implementado, por recomendação de consultores especializados, avaliação de desempenho de seus empregados utilizando a metodologia denominada Escolha Forçada, o que significa que

(A) o avaliador deverá apresentar o *ranking* dos avaliados em ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida na avaliação, indicando, obrigatoriamente, os 10% piores avaliados.

(B) serão utilizados blocos de afirmações, devendo o avaliador escolher, dentro de cada bloco, a afirmação que melhor se aplica ao desempenho do avaliado.

(C) a avaliação será utilizada exclusivamente para efeito de desligamento dos empregados que não atingirem a pontuação requerida, a qual é fixada com base na média dos pontos dos 50% melhores avaliados.

(D) serão realizadas entrevistas individuais com os avaliados e com seus superiores diretos, nas quais serão aplicados testes envolvendo situações hipotéticas com obrigatoriedade de escolha de uma das alternativas apresentadas.

(E) a avaliação será utilizada apenas para fins de promoção ou evolução funcional dos avaliados, com a escolha para as posições disponíveis daqueles que se destacarem no processo avaliatório.

49. O *Balanced Scorecard* – BSC, desenvolvido por Robert Kaplan e David Norton na década de 1990, preconiza o estabelecimento de objetivos estratégicos da organização e a correspondente avaliação sob as perspectivas

(A) dos fatores econômicos e dos fatores de bem-estar pessoal.

(B) operacional, gerencial e mercadológica, todas estritamente financeiras.

(C) institucional, ligada à governança, e social, ligada à cidadania.

(D) financeira; do cliente, dos processos internos e do aprendizado organizacional.

(E) do curto prazo, estritamente financeira, e do longo prazo, visando à perenidade da organização.

50. Entre as principais características do modelo de administração burocrática estão:

(A) clientelismo e nepotismo.

(B) estrutura hierarquizada e profissionalização dos funcionários.

(C) horizontalização das estruturas e meritocracia.

(D) caráter irracional da divisão do trabalho e ausência de controles.

(E) excesso de rotinas procedimentais e patrimonialismo.

51. No que concerne às funções próprias do administrador, têm-se que o mecanismo denominado ajuste espontâneo se insere na atuação relativa

(A) à coordenação.

(B) ao controle.

(C) ao planejamento.

(D) à organização.

(E) à avaliação.

52. Entre os princípios que informam a elaboração dos orçamentos, conforme estabelecido pela Constituição Federal, insere-se o princípio da não afetação ou não vinculação, que apresenta, como uma de suas expressões a

(A) impossibilidade de oferecimento à União, como garantia, de produto de imposto do ente garantidor.

(B) vedação à instituição de fundos de despesa com receitas provenientes de taxas e outros tributos.

(C) proibição de vinculação de produto de imposto da competência do próprio ente a órgão ou fundo da Administração correspondente.

(D) possibilidade de desvinculação de percentual da receita destinada à Saúde, para aplicação em despesa com Educação, a critério do ente federado.

(E) impossibilidade de oferecimento, pelos Estados, de recursos oriundos da participação em impostos da União como garantia a empréstimos.

53. Suponha que, no decorrer do exercício orçamentário, o Estado tenha se defrontado com uma despesa não suportada por dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual, eis que decorrente de um evento que, embora possível, não era passível de certeza quanto à sua ocorrência e quantificação do montante correspondente. Para fazer frente à tal despesa,

(A) poderá valer-se da reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, devem estar estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

(B) deverá realizar operação de crédito, independentemente de observância de limite de endividamento.

(C) poderá realizar operação de antecipação de receita orçamentária – ARO a ser liquidada nos próximos dois exercícios financeiros.

(D) deverá abrir crédito adicional suplementar, por decreto do Chefe do Executivo, com cancelamento de outras despesas.

(E) poderá abrir crédito extraordinário, dado o caráter excepcional da despesa, com a necessária autorização legislativa específica.

54. Constitui hipótese que, a teor das disposições constantes na Lei nº 8.666/1993, autoriza o administrador público a efetuar contratação direta, com dispensa de licitação:

(A) alienação de bens imóveis desafetados da finalidade pública, ou remanescentes de desapropriação.

(B) contratação de serviços técnicos especializados, desde que prestados por consultoria estrangeira.

(C) aquisição de produto de marca ou fabricante preferencial da Administração, devidamente atestado.

(D) aquisição de bens ou serviços de natureza comum ou perecíveis para consumo em estabelecimentos de ensino.

(E) ausência de licitantes em certame precedente e comprovado prejuízo à Administração com a realização de outra licitação.

55. A reforma do aparelho do Estado, implementada em meados dos anos 1990, buscava um novo paradigma para a atuação da Administração pública. Nesse sentido, entre outras medidas, preconizava a transferência de serviços públicos não exclusivos a entidades privadas sem fins lucrativos, as quais eram qualificadas como organizações sociais, o que correspondeu ao mecanismo denominado

(A) *accountability.*

(B) desestatização.

(C) governança.

(D) publicização.

(E) privatização.

56. Suponha que uma empreiteira que celebrou contrato de obras com entidade integrante da Administração pública tenha atrasado, por diversas vezes, a entrega de etapas do empreendimento, descumprindo o cronograma contratual e gerando prejuízos à contratante. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, a empreiteira

(A) somente estará sujeita à aplicação de multa ou suspensão do direito de contratar com a Administração se constatada fraude ou má-fé.

(B) poderá ser instada ao pagamento decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro até o limite do valor do contrato, descabendo outras sanções administrativas.

(C) deverá, obrigatoriamente, ser declarada inidônea para contratar com a Administração.

(D) não poderá sofrer sanções administrativas, porém responde pelas perdas e danos devidamente comprovadas.

(E) está sujeita à aplicação de multa de mora, na forma prevista no contrato, que poderá ser descontada diretamente da garantia contratual.

---

57. A utilização da denominada "Curva ABC" para fins de classificação de materiais no âmbito de uma organização prioriza

(A) o tipo de material e a sua alocação a diferentes setores da organização, com ênfase nos operacionais.

(B) a perecibilidade do item de estoque, separando-os conforme a vida útil correspondente.

(C) a importância financeira do material, de acordo com o maior valor de demanda.

(D) o grau de imprescindibilidade do item de material de acordo com a atividade meio da organização.

(E) a redução de custos de estocagem, com a escolha de apenas três itens ou categorias de itens para reposição.

---

58. No que concerne ao sistema de registro de preços, na forma disciplinada pela Lei nº 8.666/1993, tem-se que

I. atende ao princípio da padronização das compras e aplica-se quando houver necessidade de aquisições frequentes.

II. aplica-se, a critério da Administração, como substitutivo de outras modalidades licitatórias.

III. gera, para aqueles que aderirem à ata de registro de preços, o direito subjetivo de contratar com a Administração, no período de 2 anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) II.

(C) III.

(D) I.

(E) I e III.

---

59. A avaliação de desempenho pode ensejar, a depender do preparo e comprometimento do avaliador, determinados vícios ou distorções. Alguns, pela sua recorrência, costumam ser apontados pela literatura, entre os quais a "recenticidade", que ocorre quando o avaliador

(A) generaliza aspectos específicos do avaliado para o conceito global aplicado na avaliação.

(B) se atém apenas a fatos e circunstâncias de ocorrência em data mais próxima à avaliação.

(C) apresenta viés negativo em sua avaliação em função de desavenças ou antipatia em relação ao avaliado.

(D) não se compromete com a avaliação, apresentando resultados inconsistentes.

(E) teme se indispor com os avaliados e nivela as avaliações de todos de acordo com um diferencial padrão.

---

60. No que concerne às entidades integrantes da Administração indireta, tem-se que as

I. empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público, eis que desempenham serviço público não exclusivo.

II. sociedades de economia mista somente podem ter por objeto social a exploração de atividade econômica em regime de competição no mercado.

III. as autarquias são dotadas de poderes de autoadministração em relação ao ente instituidor, sujeitando-se, contudo, ao controle finalístico decorrente do poder de tutela.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) III.

(C) II e III

(D) I e II.

(E) I e III.